



Relatório & Contas

20 25

www.diagonalseguros.pt

Diagonal - Corretores de Seguros, S.A.

Nº Matricula/NIPC: 502 274 085

C.R.C. Loures

Capital Social: 360.000,00 Euros

Moninhos

2671-951 Loures

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
1. CONTEXTO MACROECONÓMICO	3
2. ANÁLISE SETORIAL	5
3. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO.....	6
4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	7
5. PERSPETIVAS PARA 2025	9
6. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS.....	9
7. ÓRGÃOS SOCIAIS	10
8. APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	11
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
BALANÇOS	12
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	14
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO.....	15
ANEXO.....	17
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	17
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	19
4. FLUXOS DE CAIXA	26
5. PARTES RELACIONADAS	26
6. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	29
7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	30
8. LOCAÇÕES	31
9. RÉDITO	31
10. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO	31
11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	32
12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	32
13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	35
14. GASTOS COM O PESSOAL.....	38
15. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	38
16. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	41
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	45

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

RELATÓRIO DE GESTÃO**1. CONTEXTO MACROECONÓMICO****1.1. ENQUADRAMENTO MUNDIAL E EUROPEU**

Numa perspetiva global, apesar de um contexto de elevada incerteza geopolítica e comercial, a economia mundial em 2025 apresentou um crescimento moderado, inflação em desaceleração e relativa estabilidade macroeconómica.

O contexto geopolítico global permaneceu marcado por tensões em várias regiões, designadamente na Europa e no Médio Oriente, o que continuou a influenciar cadeias de valor, comércio internacional e confiança empresarial, implicando riscos suscetíveis de condicionar os ritmos de crescimento e o ajustamento dos preços. Apesar disso, a resiliência da economia mundial impediu uma recessão generalizada e sustentou uma taxa de expansão positiva ao longo do ano.

Em 2025, o crescimento do PIB mundial manteve-se em 3,2%, o que representa uma estabilização face a 2024, num ritmo moderado, embora com dinâmicas regionais diferentes. Nos Estados Unidos ("EUA"), o crescimento do PIB abrandou para 1,9% em 2025, quando comparado com os 2,8% de 2024. Na Zona Euro, o crescimento de 1,5% em 2025 representa uma aceleração significativa em relação ao crescimento mais modesto de 2024 que atingiu apenas os 0,8%. Esta evolução positiva suporta-se pela recuperação do consumo privado e pela política monetária do Banco Central Europeu ("BCE"), que manteve taxas de juro globalmente estáveis em 2025 após reduzir progressivamente os níveis em 2024.

Depois de picos acima dos 9% de inflação média global em 2022, consolida-se a tendência de abrandamento, com estabilização em valores próximos de 4%. As projeções macroeconómicas para 2026 sugerem uma trajetória de desaceleração da inflação global, refletindo o efeito das políticas monetárias mais restritivas implementadas pelos principais bancos centrais e a normalização das cadeias de abastecimento.

No que respeita à política monetária, os bancos centrais das principais economias continuaram atentos às dinâmicas de inflação e crescimento. Nos Estados Unidos, a Reserva Federal manteve uma postura cautelosa face à desaceleração dos preços, enquanto no âmbito da Zona Euro o BCE decidiu manter a taxa de juro de referência inalterada, refletindo uma inflação mais próxima da meta e uma economia europeia em recuperação gradual. Para 2026, as projeções apontam para uma continuação do processo de normalização monetária, condicionada pela evolução da inflação e do crescimento.

Relativamente à balança corrente da Zona Euro, manteve-se excedentária em 2025, situando-se em cerca de 1,8% do PIB, abaixo dos 2,6% registados em 2024, segundo dados do BCE. Nos Estados Unidos, manteve-se o desequilíbrio externo, com um défice da conta corrente estimado pelo FMI em cerca de -4,6% do PIB.

No final do ano, os níveis de endividamento público permaneceram elevados nas principais economias, com a dívida pública dos EUA acima de 120% do PIB e a da Zona Euro em torno de 90% do PIB, sem variações estruturais relevantes face a 2024.

1.2. PORTUGAL

Em 2025, o enquadramento macroeconómico português caracterizou-se por um crescimento moderado da atividade económica, com o PIB a registar uma variação estimada de cerca de 2,0%, ainda assim superior aos 1,5% da Zona Euro. As projeções atualmente disponíveis apontam para uma ligeira aceleração do crescimento para 2,2% em 2026, suportada pela manutenção do dinamismo das exportações de serviços, nomeadamente o turismo, e pela continuidade do investimento, incluindo o enquadrado nos programas de financiamento europeus, ainda que com um perfil de execução distinto face à proximidade do término do PRR. Este desempenho ocorre num contexto internacional que continua condicionado pelas tensões geopolíticas, que geram níveis elevados de incerteza global.

A taxa de inflação manteve-se globalmente controlada em 2025, situando-se em torno de 2,2%, refletindo a normalização dos preços de bens e uma maior persistência na componente de serviços. Para 2026, as estimativas apontam para uma inflação próxima de 2,0%, consistente com um enquadramento de maior estabilidade de preços. As condições monetárias e financeiras permaneceram relativamente restritivas, com a taxa de juro das Obrigações do Tesouro a 10 anos em torno de 3,1% no final de 2025, condicionando o custo de financiamento dos agentes económicos.

O mercado de trabalho evidenciou resiliência ao longo de 2025, com a taxa de desemprego a situar-se em torno de 6,0% em termos médios anuais, variando entre 5,7% e 6,3% ao longo do ano. As projeções para 2026 apontam para uma taxa próxima de 6,2%, refletindo um contexto de estabilização da procura de trabalho, embora persistam desafios estruturais no domínio da produtividade e da qualificação da força de trabalho.

No plano das contas públicas, as estimativas para 2025 e 2026 apontam para um excedente orçamental de cerca de 0,3% do PIB, refletindo uma posição próxima do equilíbrio orçamental, enquadrada por um controlo da despesa e pela evolução favorável da receita fiscal associada ao crescimento nominal da economia. O rácio da dívida pública deverá situar-se em cerca de 89,7% do PIB em 2025 e reduzir-se para 89,2% em 2026, mantendo uma tendência descendente, ainda que sensível à evolução das taxas de juro de mercado e ao ritmo de crescimento económico.

No setor externo, apesar de alguma volatilidade intra-anual, a posição global deverá permanecer equilibrada, com projeção de saldo positivo da balança corrente em torno de 1,0% do PIB em 2026, suportada pelo desempenho das exportações de serviços, nomeadamente o turismo. Este enquadramento contribui para a perceção de solidez financeira da economia portuguesa, embora permaneça dependente da evolução do contexto europeu, das condições de financiamento e do ambiente geopolítico.

Indicadores Macroeconómicos	2022	2023	2024	2025				2025	2026F
				mar	jun	set	dez		
Portugal									
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	7,0%	3,1%	2,1%	1,7%	1,8%	2,4%	1,9%	2,0%	2,2%
Taxa de Inflação ⁽²⁾	8,1%	5,3%	2,7%	2,3%	2,0%	2,3%	2,2%	2,2%	2,0%
Taxa de Juro OT (10 anos) ⁽³⁾	3,6%	2,8%	2,8%	3,3%	3,1%	3,1%	3,1%	3,1%	3,2%
Taxa de Desemprego ⁽⁴⁾	6,2%	6,6%	6,5%	6,3%	6,2%	6,0%	5,7%	6,0%	6,2%
Balança Corrente ⁽⁵⁾	-2,0%	0,5%	2,1%	0,2%	0,6%	4,6%	n.d.	n.d.	1,0%
Défice Orçamental ⁽¹⁾	-0,3%	1,3%	0,5%	0,7%	0,6%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%
Dívida Pública ⁽⁴⁾	112,2%	96,9%	93,6%	95,0%	96,7%	97,6%	89,7%	89,7%	89,2%

Notas: (1) Taxa de variação homóloga do PIB a preços constantes. Fonte: INE; (2) Taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC). Fonte: INE; (3) Taxa de rendibilidade de obrigações do Tesouro com taxa fixa e prazo residual de 10 anos. Fonte: Banco Portugal; (4) Taxa de Desemprego corrigido de Sazonalidade. Fonte: Eurostat; (5) Balança corrente (preços correntes). Fonte: Banco Portugal; (6) Em % do PIB. Fonte: INE; (7) Em % do PIB. Fonte: Banco de Portugal. (8) Fonte: Previsões de novembro de 2025 da OCDE.

2. ANÁLISE SETORIAL

MERCADO SEGURADOR

A evolução do setor segurador nacional é o reflexo da evolução da economia portuguesa, tendo em conta que a subscrição de seguros, pessoais e ou empresariais, está muito dependente do crescimento da atividade empresarial em geral e do rendimento disponível das famílias. No caso dos seguros do Ramo Vida, onde se inserem os PPR e os produtos de capitalização, a sua subscrição depende também da atratividade das taxas de juro praticadas nos mercados financeiros e da tipologia de risco.

Com base nos dados provisórios da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o crescimento do mercado segurador em 2025 deverá rondar os 13,0%, face a 2024, mas abaixo do crescimento de 21,1% registados nesse ano. Contudo, o mercado segurador tem evoluído de forma distinta, consoante a evolução dos segmentos dos Ramos Não Vida e, especialmente, dos Ramos Vida que normalmente condicionam fortemente a evolução do mercado.

	milhões de €							
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025**
Ramo Vida	8 123	6 994	4 585	7 728	6 021	5 159	6 960	8 150
Variação	14,6%	-13,9%	-34,4%	68,5%	-22,1%	-14,3%	34,9%	17,1%
Ramo Não Vida	4 825	5 209	5 366	5 622	6 035	6 659	7 355	8 030
Variação	7,4%	8,0%	3,0%	4,8%	7,4%	10,3%	10,4%	9,2%
Total Mercado	12 948	12 203	9 951	13 350	12 056	11 819	14 315	16 180
Variação	11,8%	-5,8%	-18,5%	34,2%	-9,7%	-2,0%	21,1%	13,0%

** Valores provisórios

Fonte: ASF

O Ramo Vida, sobretudo o relacionado com PPR e produtos de capitalização, é um mercado muito volátil, com oscilações relevantes, influenciando de forma positiva ou negativa a evolução do mercado segurador, devido ao elevado volume de capitais transacionados e, consequentemente, ao peso que representa. Após o impressionante crescimento de 68,5% em 2021, seguiram-se os anos de decréscimo em 2022 e 2023, de -22,7% e -14,3%, respetivamente, registando um novo crescimento elevado de 34,9% em 2024 e de 17,1% previstos 2025, o que contribuiu de forma decisiva para os crescimentos de 21,1% e de 13,0% do mercado segurador nesses anos, conforme referido acima.

O forte crescimento do Ramo Vida resulta:

- Da maior atratividade na captação de capitais (poupanças) por via das taxas de juro mais competitivas face a produtos bancários, tais como as relacionadas com produtos PPR;
- Do crescimento da procura por Seguros "Unit-Linked", ligados a fundos de investimento, com maior risco, mas que podem proporcionar uma maior valorização do capital investido;
- Redução dos resgates, associados a uma maior procura por seguros de capitalização;
- Preocupação dos portugueses pela necessidade de complementos de reforma, o que estimula a procura pelos produtos financeiros acima referidos, dependendo do perfil de risco de cada um;
- Dinâmica positiva do Crédito Habitação, que estimula a venda de Seguros de Vida Risco e que contribui para uma maior estabilidade deste produto face à volatilidade dos produtos de poupança.

No segmento Não Vida, área de atuação preferencial da Diagonal, e da maioria dos mediadores (Agentes e Corretores), o mercado evoluiu favoravelmente, prevendo-se um crescimento de 9,2% em 2025, face ao ano anterior, registando desta forma o maior valor de prémios de sempre, mas, ainda assim, com um crescimento estimado inferior aos 10,4% verificados em 2024. O mercado dos seguros Não Vida caracteriza-se por ser bastante estável, registando crescimentos constantes e consistentes desde 2015, entre 3,0% a 10,4%, o que é um fator da maior importância para o setor e para a Diagonal.

O crescimento em 2025 do ramo Não Vida foi impulsionado pelo crescimento dos maiores ramos que o compõem. Os que mais cresceram, e com peso relevante no segmento Não Vida, são os ramos de Acidentes e Doença, que deve crescer cerca de 10,0%, onde se incluem os seguros de Acidentes de Trabalho e de

Saúde, e o ramo Automóvel, cujo crescimento deverá situar-se em torno dos 9,9%. Estes dois ramos representam, cerca de 74,2% dos prémios dos ramos não vida, e o crescimento referido está em grande parte relacionado com o aumento da massa salarial e da população segura, ajustes nas tarifas, na procura crescente por seguros de saúde (com um aumento de 12,3% face a 2024), e ao crescimento económico.

No setor segurador não se registaram movimentações relevantes em termos de aquisições e o mercado mantém a sua estrutura com a Fidelidade a manter a liderança, seguida da Generali que, nos últimos anos, tem reforçado de forma relevante a sua quota de mercado na sequência das aquisições da Tranquilidade e da Liberty.

O segmento da distribuição de seguros (mediação), e conforme dados da ASF, referente ao ano 2024, continua a ser caracterizado por uma forte atomização do mercado, desenvolvido por cerca de 14.088 mediadores individuais ou empresariais (incluindo mediadores de outros países que exercem a atividade em regime de estabelecimento ou livre prestação de serviços), mas com tendência de redução progressiva (em 2020, havia 20.554 operadores). Parte deste decréscimo deve-se às exigências impostas pela nova legislação da distribuição de seguros e à forte dinâmica de agregação de mediadores (integrações, aquisições e fusões).

Nos últimos anos, o mercado da mediação têm estado e mantêm-se muito ativo com a aquisição de vários corretores e agentes por outros, alguns relacionados com transações internacionais. Por outro lado, continua a tendência para se desenvolver redes de agentes, devido à estratégia adoptada pela generalidade das seguradoras (redução do número de agentes de menor dimensão), à pressão de mediadores sobre outros devido à necessidade de crescimento e ao estabelecimento de parcerias para fazer face à concorrência no setor.

Para 2026 é nossa convicção que o segmento Não Vida continue a crescer, num ritmo semelhante ao dos últimos dois anos, tendo em conta a perspetiva de continuidade do crescimento económico referido no ponto anterior, aliado à redução/estabilização da inflação. Em relação ao segmento Vida, a sua evolução é incerta, muito dependente das taxas de juro e da competitividade dos produtos financeiros disponibilizados pelas seguradoras. Contudo, a continuação da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o conflito na Palestina, o recente ataque conjunto dos EUA/Israel ao Irão, as políticas da administração Trump, as movimentações geopolíticas e a crescente adesão dos cidadãos europeus aos ideais nacionalistas, induzem um grau de incerteza em relação à evolução económico-financeira, social e política na Europa, incluindo Portugal. Ainda assim, prevê-se um crescimento económico, aliado a uma tendência de redução e estabilização da taxa da inflação, em torno dos 2,0%, e da manutenção ou redução ligeira gradual das taxas de juro.

3. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

A Diagonal é um corretor de seguros autorizado pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões e certificado em qualidade, cuja atividade consiste na intermediação de seguros nos ramos Vida e, especialmente, nos ramos Não Vida, para particulares, empresas, entidades públicas e outras entidades.

A Empresa desenvolve a sua atividade a nível nacional, com escritórios próprios (Porto, Faro, Carregado, Caldas da Rainha e Loures) e com uma rede de agentes disseminada por vários concelhos do país.

Em 2025, a Diagonal registou uma performance positiva, acima do previsto, mantendo a sua sólida situação económica e financeira.

O ano 2025 ficou marcado por três factos indispensáveis ao desenvolvimento sustentável da empresa:

- Abertura do novo escritório do Porto, com cerca de 350 m²;
- Implementação do novo *software* de negócio;
- Aquisição da Bring Insurance - Sociedade de Mediação de Seguros, S.A., localizada nas Caldas da Rainha.

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

As demonstrações financeiras de 2025 refletem uma performance positiva da situação económica e financeira da Empresa, em consequência do adequado controlo de custos, da melhoria continua dos processos internos e, por outro lado, da boa dinâmica comercial, não obstante o elevado investimento efetuado em 2025, cerca de 0,9 M€, relacionado, em grande parte, com a abertura do novo escritório do Porto, com a implementação do novo *software* de negócio e com a aquisição da Bring Insurance.

O ano 2025 fica marcado pelos investimentos efetuados acima referidos, e respetivos custos associados, pelo crescimento das vendas em 23,8%, ainda que penalizado pela diminuição dos incentivos das seguradoras (-1,7%), face a 2024, pelo reforço da rede de agentes e pelo aumento de custos na área comercial, relacionados com colaboradores, eventos e patrocínios, indispensáveis para sustentar o desenvolvimento e crescimento da atividade.

A Diagonal registou um crescimento de 26% em produção cobrada, muito acima dos 13,0% do crescimento previsto para 2025 do mercado segurador ou dos 9,2% do Ramo Não Vida, ainda que possa haver algum desvirtuamento residual nesta análise, mas que constitui um bom barómetro de comparação.

Lista-se de seguida um quadro com os principais indicadores financeiros da Empresa:

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

DIAGONAL-CORRETORES DE SEGUROS, SA

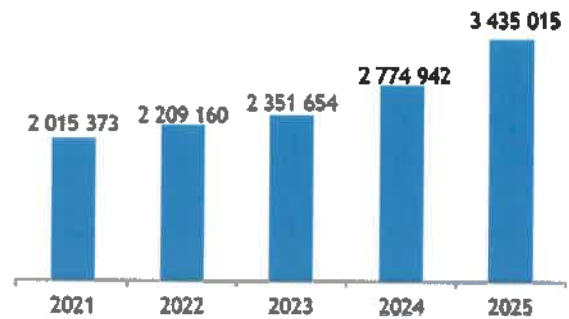
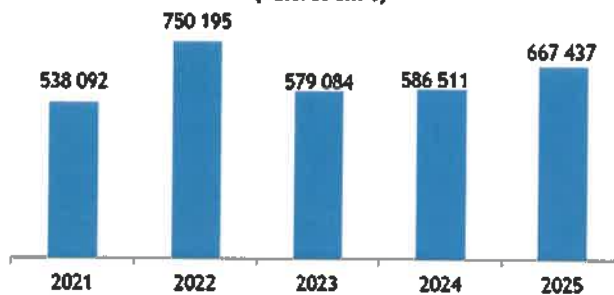
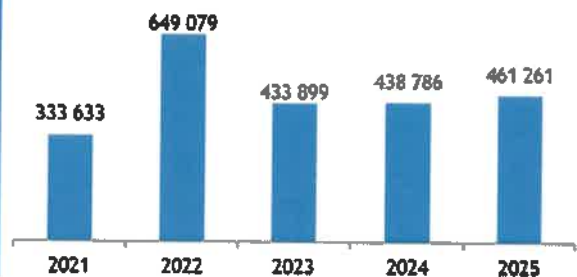
	2025	2024	2023
Volume de negócios	3 435 015	2 774 942	2 351 654
Prestações de serviços	3 430 456	2 774 942	2 351 654
% Crescimento	23,8%	18,0%	6,5%
EBITDA	667 437	586 511	579 084
% Volume negócios	19,4%	21,1%	24,6%
EBIT	611 365	578 971	549 477
% Volume negócios	17,8%	20,9%	23,4%
Resultado líquido do exercício	461 261	438 786	433 899
% Volume negócios	13,4%	15,8%	18,5%
Ativo total	2 385 746	1 782 409	1 637 246
Capital Próprio	1 154 795	1 029 710	916 349
Dívida financeira líquida (1)	(562 411)	(1 240 890)	(1 103 846)
Dívida líquida/EBITDA	(0,8 x)	(2,1 x)	(1,9 x)

(1) Inclui empréstimos obtidos/concedidos e fornecedores de imobilizado, deduzido de caixa e equivalentes

As comissões registaram em 2025 o valor histórico de 3 435 mil Euros, o que representa um crescimento de 23,8% face a 2024, e acima dos objetivos traçados para 2025, refletindo a boa dinâmica da equipa comercial na retenção de carteira e na captação de novos negócios.

O crescimento reflete ainda o negócio da Bring Insurance, cuja fusão por incorporação foi aprovada a 07/11/2025, com efeitos a 01/01/2025.

Neste contexto, da análise efetuada ao aumento da atividade, conclui-se que o crescimento orgânico foi de 14,7%, enquanto o crescimento por aquisição foi de 9,1%, o que demonstra o bom desempenho comercial da empresa, atendendo que grande parte do esforço foi orgânico.

Vendas (Comissões)
 (valores em €)

EBITDA
 (valores em €)

Resultados Líquidos
 (valores em €)


O crescimento do EBITDA deveu-se ao crescimento da atividade, ainda que tenha sido penalizado pelos custos não correntes com acessória externa à aquisição e fusão da Bring Insurance. Este crescimento permitiu ainda acomodar o aumento das depreciações e amortizações devido à aquisição do Goodwill da aquisição da Bring Insurance e consequentemente contribuir para o aumento do resultado líquido de 2025 face a 2024 de 439 mil Euros para 461 mil Euros.

O capital próprio passou de 1 030 mil Euros, registados em 2024, para 1 155 mil Euros em 2025. Este aumento deve-se aos resultados obtidos em 2025, que permitiu compensar a redução resultante da distribuição de dividendos ao acionista, no valor de 329 mil Euros, além de contribuir para a manutenção da solidez financeira da empresa, com uma autonomia financeira de 48,4%.

Em termos de rentabilidade dos Capitais Próprios, obteve-se o valor de 66,5%, abaixo do valor registado em 2024 mas, ainda assim, um valor bastante positivo.

Em resumo, somos da opinião que os investimentos efetuados, aliados à boa performance económico-financeira da empresa, em 2025, contribuíram para o reforço da valorização da Diagonal, não só do prisma económico-financeiro, atendendo ao nível do EBITDA obtido, entre outros indicadores, mas também comercial, com a incorporação de uma nova carteira de clientes e de uma nova equipa experiente, bem como ter passado a ter um novo ponto de venda nas Caldas da Rainha.

5. PERSPETIVAS PARA 2026

Em 2026 perspetiva-se um crescimento contínuo e sustentado da atividade da empresa, apesar da incerteza causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, pelo conflito na Palestina, pelo ataque conjunto dos EUA/Israel ao Irão, pelas políticas da administração Trump que, associado à crescente adesão dos cidadãos europeus aos ideais nacionalistas, induz uma instabilidade política e social na Europa e, conseqüentemente, em Portugal.

A empresa vai continuar com investimentos na digitalização e em ferramentas tecnológicas com o objetivo de atualizar os seus sistemas de informação, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de serviço prestado a agentes e clientes.

A Diagonal vai ainda entrar no ciclo de rentabilização dos fortes investimentos efetuados em 2025, nomeadamente, na nova loja do Porto, no novo software de negócio e na aquisição da Bring Insurance.

6. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

No âmbito do plano estratégico das empresas do Grupo Luís Simões, no qual se inclui a DIAGONAL, e atendendo às boas práticas nacionais e internacionais, a área de Compliance e Gestão de Risco é responsável pelo cumprimento da Política de Gestão de Riscos, a qual estabelece uma metodologia própria que assegura o conhecimento, e a avaliação dos riscos enfrentados, assim como determina a necessidade de dar resposta efetiva a esses mesmos riscos.

Pela sua relevância, destacamos algumas das ações empreendidas, no decorrer de 2025, na ótica de mitigação de riscos da empresa: a) Em março de 2025 a LS publicou a sua Política Anticorrupção, na qual reforça a sua posição relativamente à prática de atos ilícitos, bem como os princípios e procedimentos que devem ser seguidos por colaboradores e terceiros na condução da sua atividade comercial independentemente da geografia onde operam; b) Em abril de 2025 foi aprovado o “Relatório de avaliação anual do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas”, que reflete o trabalho que tem sido desenvolvido em matéria de prevenção da corrupção; c) Realizámos formação dirigida a colaboradores com funções de gestão e liderança, reforçando a aplicação da Metodologia de Gestão de Riscos, que exige a realização de Análises de Riscos sempre que são identificados riscos de nível médio ou elevado, com as respetivas decisões sujeitas à aprovação do Órgão competente; d) Reforçámos o Sistema de Compliance através da realização de diversos Testes e Controlos. Estes testes permitem assegurar que os controlos internos se mantêm eficazes ao longo do tempo, contribuindo para uma gestão de riscos mais robusta, maior eficiência dos processos e cumprimento das exigências legais; e) Em 2025 implementámos um Plano de Comunicação para reforçar a visibilidade da Linha Ética e fortalecer a cultura de integridade no Grupo LS. Reforçámos ainda a formação em Políticas e Processos de Compliance, incluindo gestão de riscos, prevenção do assédio, uso responsável de recursos, canal de denúncia, proteção de dados e prevenção da corrupção.

A gestão de riscos financeiros, incluindo riscos de crédito, de taxa de juro, e de tesouraria, é da responsabilidade da Direção Corporativa Financeira, a qual mantém planos de ação que visam a mitigação dos mesmos.

O Departamento de Compliance e Gestão de Riscos monitoriza a eficácia das ações implementadas e adicionalmente prepara e submete ao Conselho de Administração um relatório semestral incluindo:

- O estado de implementação do Programa de Compliance anual, que inclui todas as iniciativas de mitigação de riscos relevantes;
- O resultado das Auditorias Internas de Processo, que visam verificar a conformidade dos processos e a eficácia dos controlos; e
- Os Incidentes de conformidade, que incluem os pontos em que os processos e controlos falharam, e ocorreu um incidente contrário aos interesses do Grupo LS.

7. ÓRGÃOS SOCIAIS**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Jorge Manuel Soares Simões	Presidente
José Luís Soares Simões	Vogal
Leonel Fernando Soares Simões	Vogal
Rui Miguel Marcos Simões	Vogal
Nuno Miguel Louro Rodrigues Martins dos Santos	Vogal

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Clara Maria Campos Monteiro Ribeiro	Presidente
Isabel Maria Blázquez Pereira Silva	Secretária

FISCAL ÚNICO

Deloitte & Associados, SROC S.A.	Efetivo
João Carlos Henriques Gomes Ferreira	Suplente



8. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

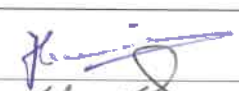


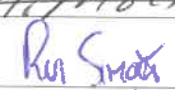
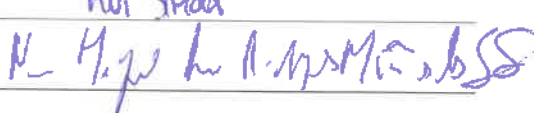
A empresa Diagonal - Corretores de Seguros, S.A., encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 com um Resultado Líquido no montante de 461 260,77 Euros.

O resultado líquido do exercício está influenciado pelo valor de 77 465,71 Euros correspondente a distribuição de resultados a colaboradores.

Atendendo às disposições legais e estatutárias aplicáveis, é proposta a seguinte aplicação de resultados:

Distribuição de dividendos	345 945,58 Euros
Transferência para Resultados transitados	115 315,19 Euros

Moninhos, 13 de março de 2026.

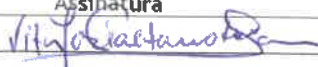


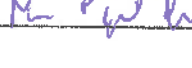


A Administração	Cargo	Assinatura
Jorge Manuel Soares Simões	Presidente	
José Luís Soares Simões	Vogal	
Leonel Fernando Soares Simões	Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões	Vogal	
Nuno Miguel Louro Rodrigues Martins dos Santos	Vogal	

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
BALANÇOS
DIAGONAL-CORRETORES DE SEGUROS, SA
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO:			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	8	94 687,90	13 139,02
Goodwill	6	556 287,88	-
Ativos intangíveis	6	171 204,43	50 337,05
Outros investimentos financeiros	13.1	175 000,00	179 367,85
Créditos a receber	13.1	2 000,00	-
Ativos por impostos diferidos	12	4 988,18	8 134,27
		1 004 168,39	250 978,19
ATIVO CORRENTE			
Clientes	13.1	-	4 429,97
Outros créditos a receber	13.1	661 330,83	288 655,65
Diferimentos	16.1	11 868,66	35 887,62
Outros ativos financeiros		4 367,85	-
Caixa e depósitos bancários	4 e 13.1	704 010,73	1 202 457,16
		1 381 578,07	1 531 430,40
Total do ativo		2 385 746,46	1 782 408,59
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	13.5	360 000,00	360 000,00
Reserva legal	13.6	87 796,15	65 856,85
Outras reservas	13.7	52 558,68	52 558,68
Resultados transitados	16.2	200 265,95	112 508,76
Ajustamentos/outras variações no capital próprio		(7 086,54)	-
		693 534,24	590 924,29
Resultado líquido do período		461 260,77	438 785,96
Total do capital próprio		1 154 795,01	1 029 710,25
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Outras dívidas a pagar	13.3	59 784,73	-
		59 784,73	-
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	13.3	76 575,68	45 406,30
Estado e outros entes públicos	16.3	34 239,05	30 573,89
Outras dívidas a pagar	13.3	1 060 351,99	676 718,15
		1 171 166,72	752 698,34
Total do passivo		1 230 951,45	752 698,34
Total do capital próprio e do passivo		2 385 746,46	1 782 408,59

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado:	Assinatura
Vitor José Caetano de Sousa	
A Administração:	
Jorge Manuel Soares Simões - Presidente	
José Luís Soares Simões - Vogal	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Nuno Miguel Louro Rodrigues Martins dos Santos - Vogal	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DIAGONAL-CORRETORES DE SEGUROS, SA






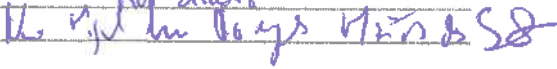
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	9	3 435 015,07	2 774 941,75
Fornecimentos e serviços externos	16.4	(1 456 692,13)	(1 189 502,55)
Gastos com o pessoal	14	(1 241 958,15)	(962 227,85)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13.2	-	3 264,51
Outros rendimentos	16.5	18 750,52	18 242,39
Outros gastos	16.6	(87 678,67)	(58 207,39)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		667 436,64	586 510,86
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	16.7	(56 071,56)	(7 540,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		611 365,08	578 970,81
Juros e rendimentos similares obtidos	16.8	4 022,30	6 728,66
Juros e gastos similares suportados	16.9	(32,86)	(129,17)
Resultado antes de impostos		615 354,52	585 570,30
Imposto sobre o rendimento do período	12	(154 093,75)	(146 784,34)
Resultado líquido do período		461 260,77	438 785,96

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado:	Assinatura
Vitor José Caetano de Sousa	
A Administração:	
Jorge Manuel Soares Simões - Presidente	
José Luis Soares Simões - Vogal	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Nuno Miguel Louro Rodrigues Martins dos Santos - Vogal	

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DIAGONAL- CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

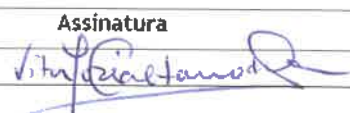


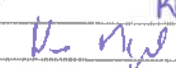


DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Euros

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 429 012,43	2 721 790,03
Pagamentos a fornecedores		(1 497 062,35)	(1 175 439,11)
Pagamentos ao pessoal		(772 270,52)	(569 942,70)
Caixa gerada pelas operações		1 159 679,56	976 408,22
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(142 612,32)	(131 972,98)
Outros recebimentos/pagamentos		(737 653,03)	(333 516,70)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		279 414,21	510 918,54
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	13.1	(398 337,00)	-
Outros ativos	5.3	(6 047 114,68)	(5 931 534,38)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	(3 190,11)
Ativos intangíveis		-	(50 337,05)
Investimentos financeiros		350,00	-
Outros ativos	5.3	5 988 009,53	6 996 848,93
Juros e rendimentos similares		7 745,27	5 138,92
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(449 346,88)	1 016 926,31
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(37,71)	(61,98)
Dividendos	16.2	(329 089,47)	(325 424,30)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	13.5	(22 368,03)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(351 495,21)	(325 486,28)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(509 427,88)	1 202 358,57
Caixa e seus equivalentes no início do período (empresas incorporadas)	4	10 981,45	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 202 457,16	98,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	704 010,73	1 202 457,16

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado:	Assinatura
Vítor José Caetano de Sousa	
A Administração:	
Jorge Manuel Soares Simões - Presidente	
José Luís Soares Simões - Vogal	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Nuno Miguel Louro Rodrigues Martins dos Santos - Vogal	

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
DIAGONAL-CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO 2024**

	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período 2024	360 000,00	44 161,90	52 558,68	25 728,95	433 899,06	916 348,59
Alterações no período:						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
Aplicação de resultados						
Transfêrência para Reservas e Resultados transitados	16.2	21 694,95	-	86 779,81	(108 474,76)	-
Distribuição de dividendos	16.2	-	-	325 424,30	(325 424,30)	-
Resultado líquido do período	360 000,00	65 856,85	52 558,68	437 933,06	0,00	916 348,59
Resultado integral					438 785,96	438 785,96
Operações com detentores de capital no período					438 785,96	438 785,96
Outras operações						
Distribuição de dividendos	16.2	-	-	(325 424,30)	-	(325 424,30)
Posição no fim do período 2024	360 000,00	65 856,85	52 558,68	112 508,76	438 785,96	1 029 710,25

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

DIAGONAL-CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO 2025

	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período 2025	360 000,00	65 856,85	52 558,68	112 508,76	-	438 785,96	1 029 710,25
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
Aplicação de resultados							
Transferência para Reservas e Resultados transitados	16.2	21 939,30	-	87 757,19		(109 696,49)	-
Distribuição de dividendos	16.2	-	-	329 089,47		(329 089,47)	-
Outras variações	16.2	-	-		(7 086,54)		(7 086,54)
Resultado líquido do período	360 000,00	87 796,15	52 558,68	529 355,42	(7 086,54)	(0,00)	1 022 623,71
Resultado integral							461 260,77
Operações com detentores de capital no período							461 260,77
Outras operações							
Distribuição de dividendos	16.2	-	-	(329 089,47)			(329 089,47)
Posição no fim do período 2025	360 000,00	87 796,15	52 558,68	200 265,95	(7 086,54)	461 260,77	1 154 795,01

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado:

Vitor José Caetano de Sousa

A Administração:

Jorge Manuel Soares Simões - Presidente

José Luís Soares Simões - Vogal

Leonel Fernando Soares Simões - Vogal

Rui Miguel Marcos Simões - Vogal

Nuno Miguel Louro Rodrigues Martins dos Santos - Vogal

Assinatura






ANEXO

(Montantes expressos em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Empresa foi constituída em 23 de novembro de 1989 com a denominação Social de Lusiseg - Mediadores de Seguros, Lda., com o NIF 502 274 085. Em 1 de agosto de 2013 a Empresa foi transformada em sociedade anónima e objeto de alteração de designação social, passando a denominar-se Diagonal - Corretores de Seguros, S.A.. No seguimento da deliberação da Assembleia Geral de Acionistas de 20 de outubro de 2025, em 7 de novembro de 2025 a sociedade foi objeto de uma fusão por incorporação, com efeitos a 1 de janeiro de 2025, sendo a sociedade incorporante da sociedade BRING INSURANCE, Lda.

A Empresa tem a sua sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

A atividade da Empresa consiste na mediação de seguros, atividade isenta de IVA, na qual a Empresa não assume risco, sendo apenas mediador.

A Empresa-mãe denomina-se LS - Luís Simões, SGPS, S.A. e detém 100% do capital da Diagonal - Corretores de Seguros, S.A..

A Empresa-mãe tem sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 13 de março de 2026. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1. BASE DE PREPARAÇÃO**

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor, na presente data.

Em 7 de novembro de 2025 foi formalmente concluída a fusão por incorporação da sociedade BRING Insurance, Lda ("empresa incorporada") na Diagonal, a qual foi aprovada em 20 de outubro de 2025 por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Nos termos previstos no projeto de fusão aprovado, a operação produz efeitos contabilísticos e fiscais retroativos a 1 de janeiro de 2025, data a partir da qual:

- i. Todas as operações da empresa incorporada são consideradas como tendo sido realizadas por conta da sociedade incorporante;
- ii. Os elementos patrimoniais da empresa incorporada foram integrados na contabilidade da incorporante pelos respetivos valores contabilísticos à data de efeitos;
- iii. A empresa incorporada foi extinta por incorporação.

A posição financeira da BRING Insurance, Lda à data de efeitos contabilísticos (01/01/2025) foi registada nos termos aplicáveis do SNC, tendo sido reconhecidos os seus ativos, passivos e capital próprio pelos valores constantes da sua contabilidade nessa data.

Segue o quadro com a posição financeira integrada da BRING Insurance, Lda em 1/01/2025:

RUBRICAS	01/01/2025
ATIVO:	
Outros investimentos financeiros	350,00
Estado e outros entes públicos	1 971,95
Acionistas / sócios	16 500,00
Outros créditos a receber	104 710,82
Diferimentos	328,76
Caixa e depósitos bancários	10 981,45
Total do ativo	134 842,98
CAPITAL PRÓPRIO:	
Capital subscrito	50 000,00
Reserva legal	10 000,00
Outras reservas	39 368,03
Resultados transitados	708,82
Total do capital próprio	100 076,85
PASSIVO:	
Fornecedores	40,31
Estado e outros entes públicos	5 558,83
Outras dívidas a pagar	29 166,99
Total do passivo	34 766,13
Total do capital próprio e do passivo	134 842,98

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.15.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, a Administração conclui que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação das disposições prevista pelo SNC.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. CONVERSÃO CAMBIAL

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são depreciadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As taxas de depreciação resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Tipo de bem	2025	2024
Edifícios e outras construções	10,00%	10,00%
Equipamento de transporte	25,00%	25,00%
Equipamento administrativo	10,00% - 33,33%	10,00% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	25,00%	25,00%

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização”.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

3.3. LOCAÇÕES

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor de entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.4. ATIVOS INTANGÍVEIS

Reconhecimento inicial

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 - Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Empresa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos futuros associados ao ativo.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortizações”.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

As taxas de amortização resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os ativos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Tipo de bem	2025	2024
Programas de computador	33,33%	33,33%
Outros ativos intangíveis	10,00%	10,00%

3.5. IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, o imposto corrente e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Impostos diferidos: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que possam ser utilizados.

3.7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos e passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado (no caso dos ativos) ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar (no caso dos passivos).

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos ou pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado: (i) os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e (ii) os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse. Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de depósitos bancários vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Depósitos bancários, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos obtidos do Balanço.

3.9. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados consolidados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.10. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

3.11. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços de mediação de seguros é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

A Empresa reconhece o rédito relativo à atividade de mediação de seguros no momento do pagamento, por parte do tomador, dos prémios relativos aos contratos de seguros, quer seja diretamente à Empresa, quer seja à companhia de seguros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.12. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos na rubrica juros e gastos similares.

3.13. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade;

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação,
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.14. CAPITAL PRÓPRIO

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

A distribuição de dividendos aos sócios da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.15. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Diagonal - Corretores de Seguros, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.15.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos em questão, considerando sempre que possível, as práticas adotadas por empresas do setor.

3.15.2. PERDAS POR IMPARIDADE DE CLIENTES E DEVEDORES

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pela Empresa dos fluxos de caixa que se espera receber.

3.15.3. IMPOSTOS DIFERIDOS

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expetável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pelo Conselho de Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expetativa de desempenho no futuro.

3.16. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.17. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

(a) Risco de taxa de juro

A Empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de juro, essencialmente relacionado com os juros suportados com financiamentos obtidos junto do acionista e de instituições financeiras, os quais se encontram expostos a alterações nas taxas de juro de mercado.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento como seja o reembolso da dívida.

(c) Risco de crédito

A Empresa encontra-se exposta ao risco de crédito, essencialmente relacionado com contas a receber resultantes das operações. Este risco é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido aos clientes e outros devedores considerando os seus perfis e antiguidade de contas a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade das contas a receber regularmente.

As perdas por imparidade de contas a receber são calculadas considerando:

- uma análise da antiguidade das contas a receber;
- perfil de risco do cliente e de outros devedores;
- a condição financeira do cliente e de outros devedores.

4. FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Caixa e depósitos bancários” detalha-se da seguinte forma:

	2025	2024
Caixa	220,49	170,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	703 790,24	2 287,16
Depósitos a prazo	-	1 200 000,00
Caixa e seus equivalentes	704 010,73	1 202 457,16

A Empresa encontra-se integrada no Grupo Luís Simões, sendo este encabeçado pela LS - Luís Simões, SGPS, S.A.. O conjunto de empresas integrantes do Grupo encontra-se atualmente sob um acordo de Gestão de Tesouraria Centralizado, no qual os saldos das principais contas de disponibilidades são transferidos diariamente para a LS - Luís Simões, SGPS, S.A..

Adicionalmente, a Demonstração dos fluxos de caixa inclui em atividades de financiamento e investimento (consoante ocorram posições diárias credoras ou devedoras) os fluxos de caixa com empréstimos obtidos ou concedidos junto de entidades do Grupo Luís Simões, respetivamente na rubrica “Financiamentos obtidos” ou “Outros ativos”.

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela entidade LS - Luís Simões, SGPS, S.A. sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na referida entidade.

5.2. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram efetuadas as seguintes remunerações ao pessoal chave da gestão:

	2025	2024
Benefícios de curto prazo dos empregados	114 990,80	106 796,78
	114 990,80	106 796,78

O Conselho de Administração da Empresa foi considerado, de acordo com a NCRF 5, como sendo o único elemento "chave" da gestão.

5.3. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

	Natureza do relacionamento (Serviços que a Empresa recebe)	Natureza do relacionamento (Serviços que a Empresa presta)
Empresa-mãe:		
LS - Luís Simões SGPS, S.A.	Financiamentos	Dividendos
Outras partes relacionadas:		
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	Cedência de Gasóleo	Mediador de Seguros
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	n/a	Mediador de Seguros
LS Frota, Lda.	n/a	Mediador de Seguros
Reta- Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.	Cedência de Espaço	Mediador de Seguros
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	Serviços de Administração; Serviços Técnicos, Administrativos e de Gestão	Mediador de Seguros
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, S.A.	Arrendamento Imóvel	Mediador de Seguros
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	n/a	Mediador de Seguros
Espaçotrans - Gestão de Entrepostos Aduaneiros, Lda.	n/a	Mediador de Seguros

b) Quantias de transações e saldos pendentes com partes relacionadas

A quantia das transações e dos saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

	Ano 2025			
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16.4)	Fornecedores (Nota 13.3)	Outros créditos a receber (Nota 13.1)	Outras dívidas a pagar (Nota 13.3)
Empresa-mãe:				
LS-Luís Simões SGPS, S.A.	-	-	3 005,69	149 546,55
Outras partes relacionadas:				
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, Lda.	13 110,00	-	-	-
Reta- Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.	4 096,56	335,33	-	-
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	9 228,36	5 997,76	-	-
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	135 519,66	16 282,36	-	-
Total	161 954,58	22 615,45	3 005,69	149 546,55
	Ano 2024			
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16.4)	Fornecedores (Nota 13.3)	Outros créditos a receber (Nota 13.1)	Outras dívidas a pagar (Nota 13.3)
Empresa-mãe:				
LS-Luís Simões SGPS, S.A.	-	-	5 588,66	143 189,20
Outras partes relacionadas:				
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, Lda.	12 832,80	-	-	-
Reta- Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.	3 296,56	335,33	-	-
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	2 962,52	267,59	-	-
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	98 506,07	8 838,09	-	-
Total	117 597,95	9 441,01	5 588,66	143 189,20

Não existem imparidades de dívidas de cobranças duvidosas relacionados com a quantia de saldos pendentes, nem gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.

A quantia dos financiamentos a receber e a pagar de partes relacionadas bem como dos rendimentos e gastos de juros são os indicados no quadro seguinte:

	Ano 2025			Ano 2024		
	Rendimentos de juros (Nota 16.8)	Gastos de juros (Nota 15.9)	Financiamentos a receber (Nota 13.1)	Rendimentos de juros (Nota 16.8)	Gastos de juros (Nota 15.9)	Financiamentos a receber (Nota 13.1)
Empresa-mãe:						
LS-Luís Simões SGPS,	3 005,69	31,67	97 537,52	5 588,66	37,71	38 432,47

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	GoodWill	Outros ativos intangíveis		Total	
		Programas de computador	Outros ativos intangíveis		Ativos intangíveis em curso
Valores em 01.01.2024					
Quantias brutas escrituradas		140 441,33	690 476,12	-	830 917,45
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas		(140 441,33)	(690 476,12)	-	(830 917,45)
Quantias líquidas escrituradas		-	-	-	-
Adições					
Quantias brutas escrituradas		(90 726,42)	(690 476,12)	-	(781 202,54)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas		90 726,42	690 476,12	-	781 202,54
Quantias líquidas escrituradas		-	-	-	-
Valores em 31.12.2024					
Quantias brutas escrituradas		49 714,91	-	50 337,05	100 051,96
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas		(49 714,91)	-	-	(49 714,91)
Quantias líquidas escrituradas		-	-	50 337,05	50 337,05
Adições	596 022,73	-	54 883,43	67 813,01	122 696,44
Amortizações (Nota 16.7)	(39 734,85)	-	(1 829,46)	-	340 578,60
Valores em 31.12.2025					
Quantias brutas escrituradas	596 022,73	49 714,91	54 883,43	118 150,06	222 748,40
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(39 734,85)	(49 714,91)	(1 829,46)	-	(51 544,37)
Quantias líquidas escrituradas	556 287,88	-	53 053,97	118 150,06	171 204,03

A rubrica "Outros ativos intangíveis" é referente a uma carteira de seguros, a qual foi adquirida no exercício de 2013. Este ativo intangível encontrava-se a ser amortizado pelo período de 10 anos, correspondendo à vida económica estimada pelo Conselho de Administração, tendo ficado totalmente amortizada no exercício findo a 31 de dezembro de 2023. No decorrer do exercício findo a 31 de dezembro de 2024 este ativo foi desreconhecido, uma vez que já se encontrava totalmente amortizado.

No decorrer do exercício de 2025 foi adquirida uma nova carteira de seguros, ativo intangível que se encontra a ser amortizado pelo período de 10 anos, que corresponde à vida económica estimada pelo Conselho de Administração.

O montante referente a Ativos intangíveis em curso respeita a desenvolvimentos com interfaces informáticos.

No exercício de 2025, a Empresa adquiriu uma participação financeira de 100% do capital da sociedade BRING INSURANCE, Lda, tendo a mesma sido qualificada como concentração de atividades empresariais nos termos da NCRF 14 - Concentrações de Atividades Empresariais.

O custo de aquisição da participação, incluindo gastos diretamente atribuíveis à transação, ascendeu a 637 474,00 Euros, tendo sido identificado um goodwill 596 022,73 Euros, correspondente ao excedente do custo da combinação de negócios face à participação da Empresa no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição.

O goodwill é reconhecido como ativo intangível e encontra-se registado na rubrica "Goodwill" do ativo não corrente, sendo mensurado subsequentemente ao custo deduzido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade acumuladas, em conformidade com a NCRF 6 - Ativos Intangíveis, NCRF 12 - Imparidade de Ativos e NCRF 14.

A vida útil do goodwill foi estimada em 10 anos, período durante o qual se espera que sejam obtidos benefícios económicos futuros da combinação de negócios, sendo amortizado de forma sistemática (método das quotas constantes) através de resultados, na rubrica "Gastos de depreciação e de amortização - Ativos intangíveis".

No decorrer do exercício de 2025, o gasto reconhecido referente à amortização do goodwill ascende a 39 734,85 Euros, sendo o valor líquido do Goodwill registado a 31 de dezembro de 2025 de 556 287,88 Euros.

Em cada data de relato, a Empresa procede à avaliação da existência de indícios de imparidade do goodwill, quer ao nível individual, quer ao nível da unidade geradora de caixa à qual se encontra afeto, reconhecendo perdas ou reversões de imparidade em resultados de acordo com a NCRF 12.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Valores em 01.01.2024				
Quantias brutas escrituradas	20 285,81	90 855,48	3 141,27	114 282,56
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(15 383,40)	(79 419,99)	(1 990,21)	(96 793,60)
Quantias líquidas escrituradas	4 902,41	11 435,49	1 151,06	17 488,96
Adições	-	3 190,11	-	3 190,11
Alienações, sinistros e abates				
Quantias brutas escrituradas	-	(50 081,11)	(429,08)	(50 510,19)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	50 081,11	429,08	50 510,19
Depreciações (Nota 16.7)	(2 028,58)	(5 211,20)	(300,27)	(7 540,05)
Valores em 31.12.2024				
Quantias brutas escrituradas	20 285,81	43 964,48	2 712,19	66 962,48
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(17 411,98)	(34 550,08)	(1 861,40)	(53 823,46)
Quantias líquidas escrituradas	2 873,83	9 414,40	850,79	13 139,02
Adições	46 081,30	49 974,83	-	96 056,13
Depreciações (Nota 16.7)	(3 241,67)	(10 965,31)	(300,27)	(14 507,25)
Valores em 31.12.2025				
Quantias brutas escrituradas	66 367,11	93 939,31	2 712,19	163 018,61
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(20 653,65)	(45 515,39)	(2 161,67)	(68 330,71)
Quantias líquidas escrituradas	45 713,46	48 423,92	550,52	94 687,90

As principais adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 respeitam a obras efetuadas no novo escritório e mobiliário adquirido para o mesmo.

8. LOCAÇÕES
LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os futuros pagamentos mínimos não canceláveis das locações operacionais, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são detalhados conforme se segue:

	Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	mais de 5 anos
2025				
Rendas imóveis	40 896,68	54 610,44	198 000,00	306 000,00
Alugueres viaturas turismo	56 979,09	56 979,09	101 224,26	-
	97 875,77	111 589,53	299 224,26	306 000,00
2024				
		Pagamentos futuros mínimos		
	Gasto do exercício	Até 1 ano	1 ano e 5 anos	mais de 5 anos
Rendas imóveis	28 016,76	19 383,42	-	-
Alugueres viaturas turismo	57 260,44	52 328,28	118 356,10	-
	85 277,20	71 711,70	118 356,10	-

9. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhado conforme se segue:

	2025	2024
Prestação de serviços		
Serviços	3 435 015,07	2 774 941,75
	3 435 015,07	2 774 941,75

A repartição do rédito apurado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é a seguinte:

	2025	2024
Mercado interno	3 370 021,29	2 726 180,24
Mercado externo	64 993,78	48 761,51
	3 435 015,07	2 774 941,75

10. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024 não foi reconhecido qualquer subsídio.

11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

No contexto do recente conflito no Médio Oriente, incluindo a intensificação das operações militares entre Israel e Irão, estão a verificar se impactos relevantes, nomeadamente uma maior volatilidade dos mercados financeiros e subida dos preços dos combustíveis. O Conselho de Administração acompanha continuamente a evolução da situação e os possíveis impactos, não se estimando, a esta data, que sejam significativos nem que coloquem em causa o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Empresa.

Não se verificaram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2025 que pela sua relevância e materialidade requeiram ajustamento ou divulgação, conforme descrito na Nota 3.16.

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas "IRC", à taxa de 20% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando uma taxa de imposto agregada de, no máximo, 21,5%.

Adicionalmente, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os lucros tributáveis que excedam os 1 500 000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1 500 000 a 7 500 000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7 500 000 a 35 000 000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35 000 000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do CIRC, a Empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

As empresas do Grupo, encontram-se desde o exercício de 2007, englobadas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), nos termos do artigo 69º e seguintes do CIRC, liderado pela acionista LS - Luís Simões, SGPS, S.A., pelo que os impostos apurados individualmente estão refletidos no saldo da acionista incluído na rubrica de "Outros créditos a receber" ou "Outras dívidas a pagar".

O encargo do ano com imposto a pagar é contabilizado em cada uma das empresas que fazem parte do Grupo em função do respetivo lucro tributável. O eventual ganho ou perda decorrente do RETGS é reconhecido em cada uma das empresas pertencentes ao Grupo Fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa relativas aos exercícios de 2022 a 2025 poderão vir ainda a estar sujeitas a revisão e correção. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terá um efeito limitativo nas demonstrações financeiras em análise.

Os prejuízos fiscais reportáveis "PFR" não têm prazo limite de reporte.

A dedução dos prejuízos fiscais reportáveis ("PFR") está limitada a 65% do lucro tributável (70% até 2022),

sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, exceto no caso dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021, caso em que o limite é elevado em 10% do lucro tributável.

12.1. DIVULGAÇÃO SEPARADA DOS SEGUINTE PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS:

O gasto (rendimento) por impostos no período é o indicado no quadro seguinte:

	2025	2024
Imposto corrente		
IRC do ano	150 947,66	143 151,49
Imposto diferido		
Originados por diferenças temporárias tributáveis	3 146,09	3 632,85
	<u>154 093,75</u>	<u>146 784,34</u>

No período findo em 31 de dezembro de 2025 não foi registado qualquer excesso de estimativa para imposto. No período findo em 31 de dezembro de 2024, foi registado um excesso de estimativa para impostos de 383,22 Euros.

A quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Ativos por impostos diferidos

	Base			31-12-2025
	31-12-2024	Aumentos	Diminuições	
Imparidade de ativos:				
Perdas por imparidade em dívidas a receber	4 233,80	2 478,92	(4 233,80)	2 478,92
Outros ajustamentos:				
Benefícios Fiscais-RCCS/ICE	33 600,00	-	(11 200,00)	22 400,00
	<u>37 833,80</u>	<u>2 478,92</u>	<u>(15 433,80)</u>	<u>24 878,92</u>
Ativos por impostos diferidos	<u>8 134,27</u>	<u>508,18</u>	<u>(3 654,27)</u>	<u>4 988,18</u>

Ativos por impostos diferidos

	Base			31-12-2024
	31-12-2023	Aumentos	Diminuições	
Imparidade de ativos:				
Perdas por imparidade em dívidas a receber	7 498,31	4 233,80	(7 498,31)	4 233,80
Outros ajustamentos:				
Benefícios Fiscais-RCCS	44 800,00	-	(11 200,00)	33 600,00
	<u>52 298,31</u>	<u>4 233,80</u>	<u>(18 698,31)</u>	<u>37 833,80</u>
Ativos por impostos diferidos	<u>11 767,12</u>	<u>910,27</u>	<u>(4 543,12)</u>	<u>8 134,27</u>

Entre os exercícios de 2025 e 2024 a taxa de IRC foi alterada de 21% para 20%. Nos exercícios de 2026, 2027, 2028 e seguintes, as taxas de IRC passarão para 19%, 18% e 17%, respetivamente.

12.2. RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO (EM UMA OU EM AMBAS DAS SEGUINTE FORMAS):

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes de impostos	615 354,52	585 570,30		
Taxa nominal de imposto	21,50%	22,50%	21,50%	22,50%
Imposto esperado	138 454,77	131 753,32		
Rendimentos não tributáveis				
Reversão de perdas por imparidade tributadas em anos anteriores (Nota 11.1)	4 233,80	7 498,31		
Excesso da estimativa para impostos	-	383,22		
Benefícios fiscais	16 192,50	12 300,00		
	20 426,30	20 181,53		
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Depreciações e amortizações não aceites	39 734,85	-		
Encargos com aluguer de viaturas sem condutor	999,91	1 035,43		
Registo de perdas por imparidade	2 478,92	4 233,80		
Correções relativas a exercícios anteriores	718,67	-		
Outros	3 811,11	-		
	47 743,46	5 269,23		
Lucro tributável	642 671,68	570 658,00		
Matéria Coletável	642 671,68	570 658,00		
Taxa de imposto sobre o rendimento	20,00%	21,00%		
Taxa da Derrama Municipal	1,50%	1,50%		
IRC calculado	128 534,34	119 838,18	21,84%	20,47%
Derrama municipal	7 829,77	8 510,96		
Tributações autónomas	14 583,55	14 802,35		
Imposto do exercício	150 947,66	143 151,49	25,65%	24,45%
Impostos diferidos (Nota 11.1)	3 146,09	3 632,85		
Imposto sobre o rendimento do período	154 093,75	146 784,34	26,18%	25,07%

(a) Os benefícios fiscais utilizados no período findo em 31 de dezembro de 2025 respeitam essencialmente à Remuneração Convencional do Capital Social;

12.3. EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTABILÍSTICO ANTERIOR;

Entre os exercícios de 2025 e 2024 a taxa de IRC foi alterada de 21% para 20%. Nos exercícios de 2026, 2027, 2028 e seguintes, as taxas de IRC passarão para 19%, 18% e 17%, respetivamente.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
13.1. ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são os indicados no quadro seguinte:

	2025	2024
Outros investimentos financeiros		
UP's no fundo C2 Capital R&D Growth Fund VI	175 000,00	175 000,00
Fundo de Compensação de Trabalho (FCT)	-	4 367,85
	<u>175 000,00</u>	<u>179 367,85</u>
Créditos a receber		
Outros devedores - Cauções	2 000,00	-
	<u>2 000,00</u>	<u>-</u>
Cientes c/c	-	4 429,07
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimo de rendimentos	333 202,50	160 591,43
Juros a receber - entidades relacionadas (Nota 5.3)	3 005,69	5 588,66
Juros a receber - outras entidades	-	1 140,00
Pessoal	-	400,00
Outros devedores - atividade mediação seguros (Nota 15.1)	225 224,94	77 353,35
Acionistas (Nota 5.3)	97 537,52	38 432,47
Outros devedores - entidades relacionadas (Nota 5.3)	-	2 237,52
Outros devedores	2 360,18	2 912,22
	<u>661 330,83</u>	<u>288 655,65</u>
Outros ativos financeiros		
Fundo de Compensação de Trabalho (FCT)	4 367,85	-
	<u>4 367,85</u>	<u>-</u>
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)		
Caixa	220,49	170,00
Depósitos a prazo	-	1 200 000,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	703 790,24	2 287,16
	<u>704 010,73</u>	<u>1 202 457,16</u>
	<u>1 546 709,41</u>	<u>1 674 909,73</u>

13.2. ATIVOS FINANCEIROS PARA OS QUAIS FOI RECONHECIDA IMPARIDADE

Os ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade encontram-se descritos no quadro seguinte:

	2025	2024
Outros devedores - atividade mediação seguros		
Quantia bruta	227 703,86	81 587,15
Imparidade acumulada	(2 478,92)	(4 233,80)
	<u>225 224,94</u>	<u>77 353,35</u>

A quantia de perdas por imparidade reconhecidas em cada uma das classes de ativos financeiros é a indicada nos quadros seguintes:

Ano de 2025					
	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perda por imparidade					
Outros devedores	4 233,80		(1 754,88)	-	2 478,92
	4 233,80	-	(1 754,88)	-	2 478,92
Ano de 2024					
	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perda por imparidade					
Outros devedores	7 498,31		-	(3 264,51)	4 233,80
	7 498,31	-	-	(3 264,51)	4 233,80

13.3. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são os indicados no quadro seguinte:

	2025	2024
Outras dívidas a pagar		
Fornecedores de investimento	59 784,73	-
	59 784,73	-
Fornecedores		
Fornecedores - entidades relacionadas (Nota 5.3)	22 615,45	9 441,01
Fornecedores - outras entidades	53 960,23	35 965,29
	76 575,68	45 406,30
Outras dívidas a pagar		
Fornecedores de investimento	179 352,27	-
Acionistas (Nota 5.3)	149 514,88	143 189,20
Acréscimo para férias e sub. férias	148 047,88	102 672,96
Prémios	103 243,33	75 306,40
Pessoal	1 420,69	343,28
Acréscimo partes relacionadas (Nota 5.3)	31,67	-
Outros acréscimos de gastos	265 876,70	179 241,47
Outras dívidas a pagar - atividade mediação seguros (Nota 15.1)	212 843,77	164 126,26
Outros credores	20,80	11 838,58
	1 060 351,99	676 718,15
	1 196 712,40	722 124,45

Não existem linhas de crédito contratadas pela Empresa em 31 de dezembro de 2025 e 2024. No entanto a Empresa tem acesso às linhas de crédito contratadas e não utilizadas da Empresa mãe, no valor de 51 813 274,00 Euros, para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

13.4. GANHOS LÍQUIDOS E PERDAS LÍQUIDAS RECONHECIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os rendimentos, gastos, ganhos e perdas relacionados com instrumentos financeiros são detalhados conforme se segue:

	2025		2024	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Ativos financeiros ao custo amortizado:				
Juros obtidos (Nota 16.8)	4 022,30	-	6 728,66	-
	4 022,30	-	6 728,66	-
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Juros suportados (Nota 16.9)	-	32,86	-	129,17
Desconto pronto pagamento obtidos (Nota 16.5)	27,48	-	36,03	-
	27,48	32,86	36,03	129,17

13.5. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

A quantia escriturada do capital social emitido pela Empresa, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Valor nominal	360 000,00	360 000,00
	360 000,00	360 000,00

O número de ações representativas do capital social são indicadas no quadro seguinte:

	2025		2024	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Ações emitidas				
Ações ordinárias a 5 euros cada	360 000,00	72 000	360 000,00	72 000
	360 000,00	72 000	360 000,00	72 000

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito é detido na sua totalidade pela LS - Luis Simões, SGPS, S.A. e encontra-se totalmente realizado.

13.6. RESERVA LEGAL

A legislação estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas, pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a reserva legal ascendia a 87 796,15 Euros e a 65 856,85 Euros, respetivamente.

13.7. OUTRAS RESERVAS

A rubrica de “Outras Reservas” corresponde a reservas livres.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Outras Reservas” ascendia a 52 558,68 Euros.

14. GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe da rubrica “Gastos com o Pessoal” é o indicado no quadro seguinte:

	2025	2024
Remunerações do pessoal	990 759,93	771 776,95
Indemnizações	290,00	1 917,33
Encargos sobre remunerações	213 688,79	162 607,26
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5 029,50	4 013,79
Seguro de saúde	18 941,35	10 867,23
Outros	13 248,58	11 045,29
	1 241 958,15	962 227,85

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa nos exercícios de 2025 e 2024 foi de 30 e 23 funcionários, respetivamente.

15. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- i) Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a Empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- ii) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2024, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- iii) Em obediência ao disposto no n.º 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a Empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2025, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2026, nos prazos legais.

15.1. PRESTAÇÕES DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS
15.1.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS PARA RECONHECIMENTO DAS REMUNERAÇÕES

Conforme mencionado na Nota 3.11, a Empresa reconhece o rédito, relativo à atividade de mediação de seguros, no momento do pagamento, por parte do tomador, dos prémios relativos aos contratos de seguros (quer seja à Empresa, quer seja à companhia seguradora).

15.1.2. TOTAL DAS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS DESAGREGADAS POR NATUREZA E POR TIPO

As remunerações recebidas em 2025 pela Empresa ascenderam a 3 435 015,07 Euros (2 774 941,75 Euros em 2024) e dizem respeito, exclusivamente, a comissões.

Todas as comissões foram recebidas em numerário, cheque ou transferência bancária.

15.1.3. TOTAL DAS REMUNERAÇÕES RELATIVAS AOS CONTRATOS DE SEGUROS DESAGREGADAS POR RAMOS "VIDA", FUNDOS DE PENSÕES E CONJUNTOS DOS RAMOS "NÃO VIDA", E POR ORIGEM

	Ramo vida		Ramo não vida	
	2025	2024	2025	2024
Empresas de seguros	128 353,49	55 114,85	3 082 571,43	2 547 120,52
Outros mediadores	7 185,36	3 467,78	216 904,80	169 238,60
	135 538,85	58 582,63	3 299 476,23	2 716 359,12

15.1.4. NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES AUFERIDAS PELA CARTEIRA

	Ramo Vida		Ramo Não Vida	
	2025	2024	2025	2024
Empresas de seguros	94,70%	94,08%	93,43%	93,77%
Outros mediadores	5,30%	5,92%	6,57%	6,23%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

15.1.5. VALORES DAS CONTAS "CLIENTES"

Os valores das contas de depósitos à ordem relativos a fundos que são propriedade de terceiros (normalmente designadas por "contas clientes") apresentavam os seguintes saldos e foram objeto dos seguintes movimentos:

	2025	2024
Início exercício	129 915,57	93 250,51
Final exercício	194 325,72	129 915,57
Volume movimentado no exercício		
A débito	3 668 456,44	3 306 068,61
A crédito	(3 474 130,72)	(3 176 153,04)
	194 325,72	129 915,57

15.1.6. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DESAGREGADAS POR ORIGEM

	Contas a receber (Nota 13.1)		Contas a pagar (Nota 13.3)	
	2025	2024	2025	2024
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	220 368,28	76 489,64	-	-
Empresas de seguros	4 856,66	-	(199 182,38)	(134 615,97)
Empresas de resseguros	-	-	-	-
Outros mediadores	-	863,71	(13 661,39)	(29 510,29)
Clientes (outros)	-	-	-	-
	225 224,94	77 353,35	(212 843,77)	(164 126,26)

15.1.7. VALORES AGREGADOS INCLUÍDOS NAS CONTAS A RECEBER

	Contas a receber		Contas a pagar	
	2025	2024	2025	2024
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res) seguros para pagamento de prémios de (res) seguros	-	-	(199 182,38)	(134 615,97)
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res) seguros para pagamento de prémios de (res) seguro	225 224,94	76 489,64	-	-
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	-	-	-	-
Outras quantias	-	863,71	(13 661,39)	(29 510,29)
	225 224,94	77 353,35	(212 843,77)	(164 126,26)

15.1.8. IDADE DAS CONTAS A RECEBER VENCIDAS À DATA DE RELATO

	Sem imparidade		Com imparidade	
	2025	2024	2025	2024
De 0 a 6 meses	213 693,32	44 708,57	-	-
De 6 a 12 meses	4 129,51	5 407,14	-	-
De 12 a 18 meses	1 874,83	3 491,20	-	-
De 18 a 24 meses	(3 150,55)	22 612,57	-	1 287,61
Mais 24 meses	8 713,32	261,16	2 443,43	2 946,19
	225 260,43	76 480,64	2 443,43	4 233,80

15.1.9. INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAIS GARANTIAS COLATERAIS DETIDAS A TÍTULO DE CAUÇÃO E OUTROS AUMENTOS DE CRÉDITO E UMA ESTIMATIVA DO SEU JUSTO VALOR

Nota não aplicável.

15.1.10. TRANSMISSÕES DE CARTEIRAS DE SEGUROS EM QUE TENHA PARTICIPADO DURANTE O EXERCÍCIO, COM INDICAÇÃO DOS VALORES ENVOLVIDOS

Nota não aplicável.

15.1.11. CONTRATOS CESSADOS COM EMPRESAS DE SEGUROS NOS TERMOS DO ARTIGO 45º DO DECRETO-LEI Nº 144/2006, DE 31 DE JULHO, ALTERADO PELO DECRETO LEI Nº 359/2007 DE 2 DE NOVEMBRO, E INDICAÇÃO DE EVENTUAIS INDEMNIZAÇÕES DE CLIENTELA

Nota não aplicável.

15.1.12. BREVE DESCRIÇÃO DA NATUREZA DE OBRIGAÇÕES MATERIAIS, INCLUINDO PASSIVOS CONTINGENTES, E QUANDO PRATICÁVEL, UMA ESTIMATIVA DO EFEITO FINANCEIRO

Nota não aplicável.

15.1.13. INDICAÇÃO DAS 5 EMPRESAS DE SEGUROS CUJA REPRESENTAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES PAGAS AOS CORRETORES DE SEGUROS EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS REMUNERAÇÕES AUFERIDAS PELA SUA CARTEIRA SEJA MAIS ELEVADA

Entidade	Comissões	Peso
Generali	1 201 680,90	36,98%
Caravela	470 934,28	14,49%
Fidelidade	445 658,35	13,71%
Allianz	327 235,94	10,07%
Ageas	108 457,03	3,34%

15.1.14. O VALOR TOTAL DOS FUNDOS QUE RECEBEU COM VISTA A SEREM TRANSFERIDOS PARA AS EMPRESAS DE SEGUROS PARA PAGAMENTO DE PRÉMIOS RELATIVAMENTE AOS QUAIS AS MESMAS NÃO LHE TENHAM OUTORGADO PODERES PARA O RECEBIMENTO EM SEU NOME

Nota não aplicável.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES
16.1. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2024	2024
Diferimentos ativos		
Custos diferidos - Seguros	271,18	1 013,97
Outros	11 596,88	34 873,65
	11 868,06	35 887,62

16.2. RESERVAS, RESULTADOS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos ocorridos nas reservas e outras rubricas de capital próprio, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, resultam da aplicação de resultados e do efeito da aquisição e posterior fusão da participação financeira da sociedade BRING Insurance, Lda:

Exercício de 2025

Por deliberação da Assembleia Geral de 31 de março de 2025, o resultado líquido positivo do período findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de 438.785,96 Euros teve a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados:	87 757,19
- Reserva Legal	21 939,30
- Dividendos	329 089,47

Resultado líquido negativo apurado pela Bring entre 1 de janeiro de 2025 e 7 de maio de 2025 (data de aquisição da Participação Financeira) pela Diagonal:

-Outras variações no capital próprio 7 086,54

Exercício de 2024

Por deliberação da Assembleia Geral de 27 de março de 2024, o resultado líquido positivo do período findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 433.899,06 Euros teve a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados: 86 779,81
 - Reserva Legal 21 694,95
 - Dividendos 325 424,30

16.3. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
	Passivo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	10 491,68	12 859,51
Contribuições para a Segurança Social	23 747,37	17 714,38
	34 239,05	30 573,89

16.4. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Comissões agentes de seguros	963 689,00	790 055,47
Trabalhos especializados	232 757,06	162 622,97
Rendas e alugueres	111 517,66	98 542,56
Energia e fluidos	38 921,09	17 586,96
Deslocações e estadas	33 800,63	32 028,90
Publicidade	21 579,49	29 810,43
Conservação e reparação	10 240,70	11 612,47
Comunicação	8 793,91	5 284,98
Limpeza e higiene	8 627,67	8 788,49
Despesas de representação	4 495,23	6 949,72
Materiais	3 011,38	188,75
Seguros	2 345,04	12 711,56
Contencioso e notariado	1 333,49	1 037,60
Comissões bancárias	120,89	127,74
Outros	15 458,89	12 153,95
	1 456 692,13	1 189 502,55

Os valores indicados no quadro acima incluem o montante de 161 954,58 Euros em 2025 e de 117 597,96 Euros em 2024, acrescidos do respetivo IVA, relativos a entidades relacionadas, conforme indicado na Nota 5.3..

16.5. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros rendimentos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Rendimentos suplementares:		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Descontos antecipação de pagamento	27,48	36,03
Outros	18 723,04	18 206,36
	<u>18 750,52</u>	<u>47 271,82</u>

16.6. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Impostos	61 918,87	53 558,10
Quotizações	2 120,00	2 120,00
Donativos	13 075,00	100,00
Outros	4 529,78	2 024,84
	<u>87 678,67</u>	<u>58 207,39</u>

16.7. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO

A rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Ativos intangíveis (Nota 6)	41 564,31	-
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	14 507,25	7 540,05
	<u>56 071,56</u>	<u>7 540,05</u>

16.8. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A rubrica de “Juros e rendimentos similares obtidos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Juros obtidos		
De financiamentos concedidos - Partes relacionadas (Nota 5.3)	3 005,69	5 588,66
Outros	1 016,61	1 140,00
	<u>4 022,30</u>	<u>6 728,66</u>

16.9. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES SUPOSTADOS

A rubrica de “Juros e rendimentos similares suportados”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Juros suportados		
De financiamentos obtidos		
De financiamentos obtidos - Empresa mãe (Nota 5.3)	31,67	37,71
Juros de mora e compensatórios	-	4,07
Outros	1,19	87,39
	<u>32,86</u>	<u>129,17</u>

16.10. GARANTIAS PRESTADAS







Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa apresenta a seguinte garantia:

Avalista		Entidade beneficiária	Tipo de garantia
Novo Banco	23 480,00	APROSE - Associação Portuguesa de Mediação Profissional de Seguros	Garantia

16.11. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi determinado conforme se segue:

	2025	2024
Resultados:		
Resultado líquido do período	461 260,77	438 785,96
Número de ações:		
Número médio ponderado de ações em circulação	72 000,00	72 000,00
Resultado por ação básico	<u>6,41</u>	<u>6,09</u>

O Contabilista Certificado:	Assinatura
Vitor José Caetano de Sousa	
A Administração:	
Jorge Manuel Soares Simões - Presidente	
José Luis Soares Simões - Vogal	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Nuno Miguel Louro Rodrigues Martins dos Santos - Vogal	

Diagonal – Corretores de Seguros, S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2025 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Diagonal – Corretores de Seguros, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 2.385.747 Euros e um total de capital próprio de 1.154.795 Euros, incluindo um resultado líquido de 461.261 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Diagonal – Corretores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na Nota 2.1 do anexo, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e com efeitos contabilísticos reportados a 1 de janeiro de 2025, a Entidade, incorporou por fusão a sociedade Bring Insurance, Lda, cujo capital detinha na totalidade. Face aos efeitos da fusão, as demonstrações financeiras anexas em 31 de dezembro de 2025 não são comparáveis com as do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respectivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions e quase 80% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

13

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 20 de março de 2026



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Teresa Alexandra Martins Tavares, ROC
Registo na OROC n.º 1264
Registo na CMVM n.º 20160875

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da Diagonal – Corretores de Seguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Diagonal – Corretores de Seguros, S.A. (“Entidade”), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2025, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2025 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas e que contém uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 20 de março de 2026


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Teresa Alexandra Martins Tavares, ROC
Registo na OROC n.º 1264
Registo na CMVM n.º 20160875



“Deloitte”, “nós” e “nossas” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions e quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 450.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto